

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

a. 27

n. 3-4

mar./abr. 2015

Artigos Doutrinários

11

Direito de autor em perspectiva histórica: da Idade Média ao reconhecimento dos direitos da personalidade do autor, 11
Leonardo Estevam de Assis Zanini

Responsabilidade civil subjetiva do servidor público, 24
Sebastião José Lessa

Inovações Legislativas

49

Lei 13.105, de 16/03/2015.

Medida Provisória 670, de 10/03/2015.

Decreto 8.420, de 18/03/2015.

Decreto 8.426, de 1º/04/2015.

Arguição de Inconstitucionalidade

51

Art. 1º da Lei 10.698/2003. Declaração de parcial inconstitucionalidade. *Vantagem Pecuniária Individual*. Afronta ao princípio da isonomia revisional. Competência privativa do presidente da República. Iniciativa de lei voltada à revisão geral para os servidores dos três Poderes. Concessão da VPI com verba orçamentária prevista para a revisão anual. Extensão do maior percentual para os demais servidores. Súmula Vinculante 37 do STF. Inaplicabilidade.

Numeração única: 0004423-13.2007.4.01.4100

Arguição de Inconstitucionalidade 2007.41.00.004426-0/RO

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

Acórdãos — Inteiros Teores

81

Corte Especial – Indenização por danos materiais e morais sofridos em decorrência de demora no exame de pedido de anistia de servidor demitido no Governo Collor, 81

Conflito de Competência 0033417-39.2011.4.01.3800/MG

Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Corte Especial – Servidor público. Pensão por morte. Beneficiário maior de 60 anos. Teoria dos motivos determinantes (presunção) e prova de dependência econômica, 83

Mandado de Segurança 0026227-71.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Relator p/ acórdão: Desembargador Federal João Batista Moreira

Primeira Seção – Juizado especial federal. Juízo federal. Anulação de ofício de sentença transitada em julgado. Mesmo juízo, 89

Conflito de Competência 0053061-14.2014.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Jamil de Jesus Oliveira

Primeira Seção – Carta precatória. Prazo para opor embargos à execução, 91

Numeração única: 0023611-07.2006.4.01.0000

Ação Rescisória 2006.01.00.023187-0/PI

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Segunda Seção – Desapropriação. Reforma agrária. Cobertura florística. Indenização, 94

Numeração única: 0040823-17.2001.4.01.0000

Embargos Infringentes 2001.01.00.045921-8/MT

Relator: Juiz Federal Alderico Rocha Santos (convocado)

Segunda Seção – Apropriação indébita previdenciária. Revisão criminal. Hipóteses de cabimento. Perdão judicial e princípio da insignificância, 97

Revisão Criminal 0049206-66.2010.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Relatora p/acórdão: Desembargadora Federal Mônica Sifuentes

Terceira Seção – Juizado especial federal e juízo federal. Anulação de ato administrativo. Vedação expressa, 102

Conflito de Competência 0015602-12.2013.4.01.0000/BA

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Terceira Seção – Ação popular. Convênio de delegação. Bem adquirido para a construção de porto público e privado. Ausência de afetação às atividades do porto. Não reversibilidade, 105

Numeração única: 0035223-24.2006.4.01.3400

Embargos Infringentes 2006.34.00.036233-5/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Quarta Seção – Fundef. Forma de pagamento do repasse ao município. Necessidade de utilização da sistemática do precatório, 110

Embargos Infringentes 0045479-84.2010.4.01.3400/DF

Relator: Desembargador Federal José Amílcar Machado

Quarta Seção – Recuperação judicial. Execução fiscal posteriormente ajuizada. Competência do juízo universal para todos os atos que acarretem constrição patrimonial, 113

Conflito de Competência 0028832-87.2014.4.01.0000/BA

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Primeira Turma – Anulação de ato que tornou insubsistente a nomeação e posse de servidora. Reclassificação. Surgimento de vagas no prazo de validade do concurso. Direito líquido e certo à nomeação. Reintegração ao cargo, 116

Apelação Cível 0057137-71.2011.4.01.3400/DF

Relatora: Juíza Federal Gilda Sigmaringa Seixas (convocada)

Primeira Turma – Benefício de amparo social à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Implantação do benefício. Multa diária, 121

Apelação/Reexame Necessário 0036597-31.2012.4.01.9199/MG

Relator: Desembargador Federal Jamil de Jesus Oliveira

Segunda Turma – Revisão de anistia. Servidores da Portobras. Pedido de pagamento de parcelas vencidas, 125

Numeração única: 0023769-81.2005.4.01.3400

Apelação Cível 2005.34.00.024032-3/DF

Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Segunda Turma – Benefício previdenciário postulado diretamente na via judicial. Prévio requerimento administrativo, 129

Apelação Cível 0034137-42.2010.4.01.9199/MG

Relator: Desembargador Federal Candido Moraes

Terceira Turma – Tráfico de entorpecentes. Procedimento administrativo militar. Inexistência de vício formal. Prisão disciplinar, 132

Habeas Corpus 0045926-48.2014.4.01.0000/PI

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Terceira Turma – Ação civil pública por ato de improbidade administrativa. Fraude à licitação. Pagamento e recebimento de verbas indevidas. Condenação de pessoa jurídica de direito privado, 136

Numeração única: 0028528-25.2004.4.01.3400

Apelação Cível 2004.34.00.028597-7/DF

Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Quarta Turma – Improbidade administrativa. Descumprimento da carga horária. Desvio de finalidade das verbas. Pagamentos para cargo inexistente, 146

Numeração única: 0000828-44.2009.4.01.4000

Apelação Cível 2009.40.00.000852-9/PI

Relator: Desembargador Federal Italo Mendes

Quarta Turma – Ação de desapropriação por utilidade pública. Depósito da oferta inicial com dedução do passivo ambiental. Imissão na posse do imóvel. Incompatibilidade com o princípio da justa indenização, 156

Agravo de Instrumento 0029910-19.2014.4.01.0000/MA

Relator: Juiz Federal Pablo Zuniga Dourado(convocado)

Quinta Turma – FGTS. Levantamento de saldo por empregados da extinta SHIS. Criação da autarquia IDHAB/DF. Manutenção do regime jurídico *celetista*. Levantamento dos saldos, 160

Numeração única: 0026103-88.2005.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2005.34.00.026369-4/DF

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Quinta Turma – Ação popular. Uso de imóvel funcional como endereço comercial. Ato lesivo ao patrimônio público, 167

Apelação/Reexame Necessário 0022159-52.2013.4.01.3900/PA

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Sexta Turma – Contrato. Construção de sede de seção judiciária. Inexecução parcial. Responsabilidade da seguradora pela multa, 169

Numeração única: 0013334-59.2007.4.01.3600

Apelação Cível 2007.36.00.013334-4/MT

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Sexta Turma – Anvisa. Medicamento. Patente. Anuência prévia, 174

Apelação Cível 0036354-24.2012.4.01.3400/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Sétima Turma – Imposto de Renda. Reclamação trabalhista. Verbas salariais. Obrigações não saldadas em época própria. Pagamento único aglomerado. Lei do tempo do fato gerador, 181

Apelação/Reexame Necessário 0008397-77.2010.4.01.3801/MG

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Sétima Turma – Conselho Regional de Química. Companhia de Saneamento Básico. Registro. Inexigibilidade. Responsável técnico. Obrigatoriedade da Taxa de Anotação de Função Técnica – AFT, 184

Apelação Cível 0018233-18.2012.4.01.3700/MA

Relator: Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto (convocado)

Oitava Turma – Regime aduaneiro especial de *drawback interno*. Valor do financiamento internacional superior ao da importação, **187**

Apelação Cível 0000338-42.2010.4.01.3400/DF

Relatora: Juíza Federal Lana Lígia Galati (convocada)

Oitava Turma – Contribuição para o Funrural. Produtor rural pessoa física. Não incidência sobre a comercialização da produção. Exigibilidade do tributo. Inconstitucionalidade declarada pelo STF. Inexistência de efeito repristinatório, **190**

Apelação/Reexame Necessário 0022759-75.2014.4.01.3500/GO

Relator: Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

Decisões Monocráticas

195

Desapropriação. Fase de execução de sentença. Multa diária, **195**

Agravo de Instrumento 0007426-73.2015.4.01.0000/GO

Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

Suspensão da execução do seguro-garantia oferecido em contrato de concessão firmado junto à Aneel, **197**

Agravo de Instrumento 0073773-25.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Suspensão de auto de interdição. Competência exclusiva dos órgãos ambientais para a concessão e validação da licença de operação, **201**

Agravo de Instrumento 0073944-79.2014.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Permissão para prestação de serviços de transporte rodoviário coletivo no Distrito Federal e entorno. Alegação de vício no atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa vencedora, **203**

Agravo de Instrumento 0008254-69.2015.4.01.0000/DF

Relator: Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho (convocado)

Estado do Pará x Embrapa. Abstenção de turbação ou esbulho sobre a área em litígio, **205**

Agravo de Instrumento 0005531-77.2015.4.01.0000/PA

Relator: Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho (convocado)

Emissão do certificado de conclusão do ensino médio. Determinação de matrícula em instituição de ensino superior. Estudante menor de idade, **207**

Agravo de Instrumento 0006691-40.2015.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Suspensão da exigibilidade do adicional de 1% à Cofins-importação e não interrupção dos procedimentos de desembaraço aduaneiro de aeronaves, **210**

Agravo de Instrumento 0012032-47.2015.4.01.0000/MG

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Renovações e aditivos aos contratos de financiamento – Fies sem limitação de valores mínimos e máximos, **212**

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0012790-26.2015.4.01.0000/RO

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

Opção por regime previdenciário, **214**

Agravo de Instrumento 0010994-97.2015.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Pedido de expedição de RPV de valor equivalente a 40% do total da condenação, a título de destaque de honorários contratuais, mediante dedução da quantia recebida pelo requerente, 216

Agravo de Instrumento 0008230-75.2014.4.01.0000/MG

Relatora: Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas

Município. Não cumprimento de determinações da Aneel, que impõe a obrigação de receber o sistema de iluminação pública registrado como Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), 219

Agravo de Instrumento 0012338-16.2015.4.01.0000/MG

Relator: Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho (convocado)

Pregão eletrônico. Pedido de reconsideração de decisão que deferiu efeito suspensivo à decisão que restabeleceu a situação anterior da licitação efetivada e o contrato dela decorrente, 221

Agravo de Instrumento 0003687-92.2015.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Professora demitida. Suposto abandono do cargo. Pedido de restabelecimento imediato e integral do pagamento da sua remuneração até a conclusão do processo administrativo, 223

Apelação Cível 0038292-88.2011.4.01.3400/DF

Relator: Desembargador Federal João Luiz de Sousa

Propriedade na iminência de desapropriação. Não atendimento à legislação ambiental. Exploração inadequada de propriedade privada, 224

Agravo de Instrumento 0001262-92.2015.4.01.0000/MG

Relator: Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho (convocado)

JEFs em Revista

227

Servidor público. GDASST. Pontuação. Extensão a inativos e pensionistas. Pedido limitado a período certo. Adequação do julgado aos limites da pretensão, 227

Numeração única: 0015200-68.2009.4.01.4300

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2009.43.00.907669-0/DF

Relator: Juiz Federal Marcelo Honorato

Benefício de salário-maternidade. Concessão por decisão judicial. Indeferimento administrativo. Responsabilidade civil da autarquia previdenciária não caracterizada. Inexistência de presunção de dano, 228

Numeração única: 0016943-47.2011.4.01.3200

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2011.32.00.905903-9/DF

Relator: Juiz Federal Marcelo Honorato

Breviário

231

Queixa-crime. Difamação. E-mail. Elemento imprescindível. Animus injuriandi. Ausência. Animus criticandi.

Multa inscrita em dívida ativa. Competência para julgamento da ação anulatória.

Restabelecimento de benefício previdenciário. Prova de irregularidade produzida em auditoria. Desconstituição efetiva da presunção de legitimidade do ato concessório.

Importação de sementes de maconha. Remessa pelo correio para o domicílio do suposto destinatário. Investigação. Busca e apreensão.

Fraude a procedimento licitatório. Dispensa de licitação. Alegação de erro de direito e erro de proibição.

Sumário

- Assistência à saúde de comunidade indígena. Condenação em obrigação de fazer.
- Instituição de ensino superior não autorizada pelo MEC. Propaganda enganosa. Dano moral coletivo.
- Normas reguladoras para ingresso e inspeções de saúde no Exército Brasileiro. Exigência de altura mínima e higidez de saúde bucal. Exclusão sumária de candidatos portadores de doença autoimune, imunodepressora ou sexualmente transmissível. Violação ao princípio da reserva legal. Discriminação configurada.
- Recuperação judicial. Criação de empresa subsidiária integral por decisão judicial. Extensão das vedações impostas à empresa em recuperação à subsidiária. Impossibilidade. Suspensão do direito de licitar e contratar com o Poder Público.
- Regularização e recuperação de pistas de pouso em comunidades indígenas. Aeródromos particulares. Direito à saúde.
- Comemoração do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Polícia Militar do Estado da Bahia. Uso excessivo e imotivado de força policial. Violação aos direitos de reunião e de livre expressão de pensamento. Dano moral coletivo.
- Câmara de vigilância bancária. Imagem de cliente de banco fornecida irregularmente para terceiro sem autorização judicial. Violação da dignidade da pessoa humana. Filmagem utilizada em processo criminal. Absolvição do acusado por fragilidade de prova na justiça criminal. Danos morais.
- Proibição de comercialização e uso de equipamentos para bronzeamento artificial com finalidade estética. Disciplina por meio de resolução. Possibilidade.
- Acidente em agência dos Correios. Piso escorregadio e porta de vidro simples. Lesão a terceiro. Responsabilidade configurada.
- Embargos à execução fiscal. Taxa de limpeza pública. Município. Serviços públicos específicos ou singulares.
- Imposto de Renda. Moléstia grave. Pensão alimentícia. Isenção. Impossibilidade.
- Penhora de imóveis. Pedido de substituição da garantia por dinheiro. Valores destinados à distribuição de dividendos em exercício financeiro já findo. Maior onerosidade ao executado.

Repositórios Oficiais de Jurisprudência

243

Instruções Editoriais

245